

## **Esclarecimento sobre o estado de infraestruturas**

O CDS, na ausência de uma agenda de propostas para o País, prossegue este fim-de-semana a sua tentativa de criação de um sentimento de medo e insegurança da população relativamente às infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, não tendo qualquer problema em recorrer à manipulação e mesmo à mentira.

As infraestruturas geridas pelo Estado, através da empresa Infraestruturas de Portugal (IP), são objeto de uma permanente vigilância e inspeção, com o objetivo de garantir a sua plena funcionalidade e segurança, resultando essas inspeções em procedimentos técnicos e administrativos com vista à realização de obras de manutenção ou reparação quando tal se verifique necessário.

O Governo e a IP, seja através de respostas ao Parlamento seja em divulgações públicas aos media, mantêm o País informado do estado das infraestruturas sob sua gestão, pelo que mal se entende que o CDS insista numa campanha baseada na omissão e na fabricação de factos.

Por exemplo, sobre o IP6, entre Óbidos e Peniche, visitado pela presidente do CDS, tem sido noticiado que foi desenvolvido um concurso público para a sua reparação. Tendo em conta a amplitude da obra, orçada em 3,5 milhões de euros, foi decidido lançar um concurso único para conceção e execução, o que permitirá uma maior rapidez ao desenvolvimento do projeto, devendo o contrato ser assinado nos próximos dias. Toda esta informação é do domínio público, pelo que o CDS não pode ir para o terreno afirmar que nada está a ser feito.

O mesmo acontece, por exemplo, com a Ponte 25 de Abril, cujos sistemas de vigilância são dos mais sofisticados existentes em Portugal, e cuja obra de manutenção vai começar em breve, dentro do calendário previsto por especialistas internacionais e pela própria IP.

E com todas os outros casos mencionados pelo CDS acontece o mesmo: são situações permanentemente monitorizadas pela IP e objeto de intervenções de acordo com a respetiva necessidade, complexidade e urgência.

O CDS optou por ignorar os fatos – atribui mesmo à IP a responsabilidade por estradas que não estão sob sua gestão –, numa tentativa de fazer esquecer a irresponsabilidade da sua anterior ação governativa nesta área, de que o IP3 será o melhor exemplo.

Pela nossa parte, continuaremos a fazer o trabalho que nos compete: em 2018, duplicámos o investimento da Infraestruturas de Portugal e vamos manter o ritmo em 2019. Na ferrovia, com o maior investimento das últimas décadas na renovação de linhas, mas também na rodovia, com investimento público rigoroso e criterioso na mobilidade e na segurança.